

---

# SERNEGRA - NEGRITUDE E PRETICE NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIA DA FLORESTA E DAS ÁGUAS

---

SERNEGRA: Blackness and Pretice in the Amazon: Resistance from the Forests and the Waters

**Claudina Azevedo Maximiano<sup>1</sup>**

<https://lattes.cnpq.br/4386960179349872>

[HTTP://ORCID.ORG/0000-0003-0446-2352](http://ORCID.ORG/0000-0003-0446-2352)

**Denis da Silva Pereira<sup>2</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/3847755085995362>

<http://orcid.org/000-0003-2813-7319>

**Francine Pereira Rebelo<sup>3</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/9826969110951769>

<https://orcid.org/0000-0002-5173-4501>

**Paola da Cruz Rodrigues<sup>4</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/2233241033842780>

<https://orcid.org/0000-0001-5256-8448>

**Rafaela Fonseca da Silva<sup>5</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/7662853116088737>

<http://orcid.org/0000-0002-3867-5308>

**Roberta Enir Faria Neves de Lima<sup>6</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/7558529084597936>

<https://orcid.org/0000-0001-6311-6308>

**Stefany Menezes do Vale<sup>7</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/4289779040747451>

<http://orcid.org/0000-0002-8296-086>

**Tereza de Jesus dos Santos<sup>8</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/9389431532938245>

<https://orcid.org/0000-0002-9259-6424>

---

<sup>1</sup>Doutora em Antropologia Social (UFAM). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) - Manaus Zona Leste, Amazonas, Brasil [claudina.maximiano@ifam.edu.br](mailto:claudina.maximiano@ifam.edu.br).

<sup>2</sup>Doutor em Antropologia Social (UFAM). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) - Manaus Zona Leste, Amazonas, Brasil. [denis.pereira@ifam.edu.br](mailto:denis.pereira@ifam.edu.br).

<sup>3</sup>Mestre em Antropologia Social (UFSC). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) - Parintins, Amazonas, Brasil. [francine.rebelo@ifam.edu.br](mailto:francine.rebelo@ifam.edu.br).

<sup>4</sup>Graduada em História (UFAM). Pesquisadora associada ao Laboratório de Pesquisa em Política, Instituições e Práticas Sociais (POLIS), Coordenadora Estadual do Movimento Negro Unificado Amazonas. [paolacrodrigues1998@gmail.com](mailto:paolacrodrigues1998@gmail.com).

<sup>5</sup>Especialista em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia (IFAM), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico (PPGET/IFAM). [rajunafonseca94@gmail.com](mailto:rajunafonseca94@gmail.com)

<sup>6</sup>Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) - Iranduba, Amazonas, Brasil. [enir@ifam.edu.br](mailto:enir@ifam.edu.br).

<sup>7</sup>Graduada em História (UFAM). [stefanymenezesdovale@gmail.com](mailto:stefanymenezesdovale@gmail.com).

<sup>8</sup>Graduada em Pedagogia (UFAM), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico (PPGET/IFAM). [tereh.thylran@gmail.com](mailto:tereh.thylran@gmail.com)

**Recebido em: 04/05/2022**

**Aceito em: 06/08/2022**

**Resumo:** Este trabalho apresenta reflexões a partir da experiência vivenciada no processo de construção da Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça dos Institutos Federais (SERNEGRA), realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), espaço de construção coletiva de debates sobre as condições e lutas dos/as negros/as na Amazônia. O objetivo do texto é discutir a construção e desdobramentos do evento, tecendo uma análise sobre a existência e resistência dos/as negros/as na Amazônia. A metodologia utilizada foi a observação participante, associada ao trabalho de pesquisa de campo. Busca-se visibilizar temas relacionados à negritude, geralmente silenciados, e apontar caminhos coletivos para a garantia de uma educação verdadeiramente antirracista, bem como para um “aquilombamento” das instituições.

**Palavras-chaves:** “aquilombamento”. racismo. Amazônia. educação antirracista.

**Abstract:** This paper presents reflections from the experience lived in the construction process of the Week of Reflection on Blackness, Gender and Race of Federal Institutes (SERNEGRA), realized at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), a space for collective construction of debates on the black people's conditions and struggles in the Amazon. The text aims to discuss the event construction and developments, analysing the existence and resistance of black people in the Amazon. It seeks to give visibility to issues related to blackness, which are usually silenced, and to point out collective paths to guarantee a truly anti-racist education, as well as an "aquilombamento" of institutions.

**Key words:** “aquilombamento”. race. Amazon. anti-racist education.

## INTRODUÇÃO

O evento *Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça dos Institutos Federais* (SERNEGRA) é uma semana de reflexão sobre negritude e gênero organizado pela rede federal de ensino. Trata-se de um congresso científico com apresentação de trabalhos em Simpósios Temáticos, além de oficinas, rodas de conversas, mesas redondas, apresentações culturais, Feira Afro.

O SERNEGRA surgiu a partir da reivindicação de estudantes negras, especialmente do Curso de Licenciatura em Dança, do Instituto Federal de Brasília. Sua primeira edição em 2012 ficou restrita às dependências do campus Brasília. As edições seguintes, dos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 mantiveram o vínculo com o IFB, porém com um significativo aumento da programação, das parcerias e do impacto do evento. Em 2017, o evento pela primeira vez aconteceu fora do Distrito Federal, sendo realizado no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Gaspar. No ano de 2018, o evento foi realizado pelo IFB. Em 2019, o evento acontece pela primeira vez na região Nordeste, sendo sediado pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA), campus Salvador. No ano de 2020, em razão da pandemia, o evento foi realizado de forma remota, mais uma vez sendo organizado pelo IFB.

Neste artigo, refletimos especialmente sobre a construção da sua décima edição, realizada pela primeira vez na região Norte, através da organização pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), no período de 23 a 26 de novembro de 2021. Foi destaque a significativa participação de várias comunidades

quilombolas, singularmente do Norte e, sobretudo, do Amazonas. Devido à pandemia, o evento aconteceu novamente de forma virtual, com apenas uma de suas atividades realizadas de forma híbrida, a FeirAFRO, espaço para atividade comercial de produtores/as negros/as no evento.

A proposta deste artigo é tecer uma análise a partir das experiências vivenciadas no processo de construção coletiva do evento, considerando o processo educativo provocado pela própria dinâmica do evento. Tendo como referência Gluckman (2010), no sentido que a categoria ‘evento’ constitui-se como uma situação social, o SERNEGRA no contexto dos Institutos federais exige reflexão sobre a situação do negro no contexto institucional, sinalizando sobre o projeto educacional ainda carente de investimento para uma educação antirracista (RIBEIRO, 2019).

[...] Quando se estuda um evento parte do campo da Sociologia, é conveniente tratá-lo como uma situação social. Portanto, uma situação social é, em algumas ocasiões, o comportamento de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões. Dessa forma, a análise revela o sistema de relações subjacente entre a estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade. (GLUCKMAN, 2010, p. 252).

O Evento SERNEGRA no IFAM foi realizado em quatro dias de intensa programação, com a participação de diversas instituições de educação de todas as regiões do Brasil, envolvendo questões acadêmicas, artístico-culturais, religiosas e de empreendedorismo, além de atividades que dialogaram com os conhecimentos tradicionais e discutiram temas como saúde, religião e espiritualidade. Além disso, vale destacar o despertar para a criatividade no contexto da sala de aula, coadunando com os desafios da participação política, questões de gênero e cidadania.

Nas reflexões acadêmicas, foi possível problematizar a presença do negro na história oficial do Amazonas, “uma história muito mal contada”. Outro destaque foi a produção audiovisual de jovens negros da área do cinema no circuito Amazônico, que, apesar do pouco recurso, encontraram alternativas para realizar tal atividade. De modo geral, ao longo do evento, emergiram diversas questões sobre a arte produzida por negros/as na Amazônia, apresentada como um desafio a ser superado. As lutas vão se somando no que tange aos direitos ao território, religiosidade, educação, saúde, espaço no mercado de trabalho, dentre outros.

Ao lado dos diversos desafios, o evento apresentou formas de resistência, falas, músicas, danças, gritos e ações que apontam a força que vem das águas e da floresta e ecoa por essa Amazônia intensa, que criam formas de participação efetiva de tantas mulheres, homens, jovens e crianças que, a partir de seus territórios, fazem ecoar o som e a cor negra na Amazônia.

A proposta que entrecruza o evento como um todo foi a de aquilombamento, isto é, propor espaços para pessoas pretas ocuparem na organização e na condução do evento. Trata-se de um ato político, com intuito de mostrar a presença negra na instituição, no Amazonas e na Amazônia, e de exigir das instituições de educação espaços onde as pessoas pretas sejam escutadas e, acima de tudo, respeitadas.

A partir do conceito de aquilombamento [...] pretendo analisar a participação das minorias (etnorraciais, sociais, camponesas e demais “sobrantes”) na construção de um modelo socioespacial e territorial [...] tomando como foco central as relações entre tais minorias, mais especificamente, os quilombolas e o poder público constituído, a saber: o Estado. (FURTADO, 2012, p. 28)

O processo de aquilombamento foi construído através do envolvimento de pessoas pretas no evento. A partir de uma equipe ampliada, tivemos a participação de alunos/as e servidores/as pretos/as, lideranças quilombolas, membros de associações de povo de terreiro, integrantes de diversos movimentos sociais, entre outros.

Tal envolvimento provocou inquietações institucionais e questionamentos sobre a necessidade de envolvimento dos coletivos sociais. Foi perceptível um “certo incômodo” em relação a apresentação de religiões de matriz africana, através de críticas à criação de um espaço sobre os Orixás no início de cada dia do evento. Ainda que de forma “velada”, muitos rumores e inquietações institucionais apontaram a importância da criação de espaços para discussão sobre o tema da negritude no âmbito institucional.

A partir de uma análise do quilombo em sua contemporaneidade e enquanto espaço de agregação que se reconfigurou diversas vezes na história dos povos negros no Brasil, inspiradas por Souto (2020, p.141) pedimos licença para desdobrar as ideias de “aquilombamento”. Assim, nas palavras de Souto, compreendemos o aquilombamento como:

“dispositivo derivado da instituição quilombo, porém destituído do seu caráter territorial, no intuito de demonstrar a continuidade do ato de aquilombar como estratégia de resistência e coletividade e designar experiências de organização e intervenção social protagonizadas pela população negra na atualidade (SOUTO, 2020, p.141).”

O presente texto está organizado em quatro seções, a saber: (1) o envolvimento das comunidades; (2) fala da preta: rompendo a invisibilidade; encontro de vozes negras; (3) aquilombar os espaços, nossos passos, nossas vozes; (4) festa de terreiro. Em seguida, tecemos nossas considerações finais.

## **O ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES**

Ao longo da produção do SERNEGRA/IFAM, tivemos a preocupação de envolver as comunidades quilombolas do Amazonas, destacando-se: as comunidades do rio Andirá, localizadas no município de Barreirinha; quilombo urbano de São Benedito (Praça 14 de Janeiro) localizada no município de Manaus; Tambor (Parque Nacional do Jaú) e Bairro Quilombola, ambas localizadas no município de Novo Airão; Sagrado Coração de Jesus (Lago de Serpa), localizada no município de Itacoatiara.

Devido a questões de ordem econômica, só foi possível realizarmos visita técnica ao quilombo do Tambor e ao Bairro Quilombola da sede do município de Novo Airão. As demais comunidades estiveram envolvidas nas atividades, através de suas lideranças: no caso do Quilombo do Andirá, Maria Amélia Castro, conhecida Dona Lourdes, liderança negra e estudante do curso de Agroecologia do IFAM - Campus Manaus Zona Leste, que participou ativamente das atividades do SERNEGRA, ministrou oficinas, participou de Simpósio Temático e da FeirAFRO. Destacamos, ainda, a participação de Rafaela Fonseca, liderança negra do quilombo urbano de São Benedito, que atuou nas palestras e organização de Simpósio Temático.

As visitas técnicas aos quilombolas do Tambor, no Parque Nacional do Jaú, e aos quilombolas da cidade de Novo Airão foram realizadas no período de 24 a 27 de setembro de 2021. A visita às comunidades quilombolas do município de Novo Airão esteve em consonância com a proposta do evento, que teve, entre outros, o objetivo de provocar a discussão sobre a presença dos povos negros nos diversos espaços sociais no contexto amazônico, tendo como pressuposto o processo histórico de invisibilização



desses grupos sociais na região. A equipe da visita foi composta pelos/as professores/as do IFAM: Claudina Azevedo Maximiano, Denis da Silva Pereira e Roberta Enir Faria Neves de Lima. Nossa viagem iniciou com o deslocamento de Manaus para Novo Airão, em carro institucional; de lá, seguimos de lancha motor 150 HP para o Parque Nacional do Jaú, rumo às comunidades quilombolas. Ao longo do rio Jaú, temos as seguintes comunidades: Seringalzinho, Cachoeira, Patauá e Lázaro. Percorremos um trajeto de nove horas até a chegada à comunidade quilombola do Tambor, última comunidade no rio Jaú (Fig. 1, a seguir). Fomos acompanhados por Sebastião Ferreira, conhecido como Bá, reconhecida liderança quilombola daquele município.

**Figura 1** - Comunidade do Tambor



Fonte: Maximiano, 2021.

Chegamos à comunidade do Tambor na noite do dia 24 de setembro e fomos acolhidos com um jantar na casa de Marivaldo e Aldeniza. Depois, foi-nos disponibilizada a casa da mãe de Aldeniza (que não se encontrava na comunidade), para que pudéssemos ficar hospedados/as. Durante o dia 25 de setembro, tivemos a oportunidade de conversar com os moradores e conhecer um pouco a comunidade, além de acompanhar o processo de produção de farinha, beiju com castanha e derivados. À noite, nos reunimos com os moradores na escola Municipal Tambor/Jaú (Fig. 2):

**Figura 2** - Escola Municipal Tambor/Jaú



Fonte: Maximiano, 2021.

Nessa reunião, fizemos a apresentação do IFAM, o que revelou a importância da visita, visto que a comunidade não conhecia a instituição. Em seguida, esclarecemos o objetivo da nossa viagem, diretamente relacionado à participação da comunidade no SERNEGRA. A partir de então, realizamos a escuta ativa da comunidade. Foram apontadas diversas questões referentes às dificuldades de escoamento e venda da produção, formação e capacitação dos produtores, bem como o desafio da continuidade da formação dos alunos da comunidade, que terminam o Ensino Médio, considerando que a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC) oferta o Ensino Médio Tecnológico. Outro ponto foi a busca pela identificação da escola da comunidade como Escola Quilombola e o desejo de que os professores sejam quilombolas.

O segundo momento de reunião com a comunidade aconteceu no dia 26 de setembro, na comunidade Cachoeira (Fig. 3).

**Figura 3** - Imagem da comunidade Cachoeira



**Fonte:** Maximiano, 2021.

Dialogamos com as lideranças das comunidades, com foco na escuta, momento em que foram compartilhados muitos relatos sobre a realidade e os sentimentos das pessoas. Observamos que, ao chegarmos na comunidade do Tambor, havia saído um barco rumo à sede do município, levando muitas pessoas e produtos para venda. Em nosso retorno, nos encontramos na comunidade Cachoeira.

Nessa comunidade, realizamos uma roda de conversa, onde nos foram apresentadas as dificuldades para o escoamento e venda dos produtos (farinha, goma, banana, copaíba, mel, entre outros), causadas pela distância e custo do deslocamento, a desvalorização do preço dos produtos; os quilombolas sequer têm espaço garantido na feira de produtores da cidade de Novo Airão. Além disso, as pessoas se sentem frustradas com as promessas de vários órgãos e organizações que visitam a comunidade, enchendo-as de esperança, e depois não retornam. Por fim, destacamos a solicitação por formação técnica para a comunidade.

No dia 27 de setembro, realizamos a visita aos quilombolas que vivem na sede do município, a cidade de Novo Airão. Visitamos diversas casas ao longo da manhã (Fig. 4):

**Figura 4 - Casas na cidade**

**Fonte:** Maximiano, 2021.

A partir das narrativas dos moradores, compreendemos um pouco da dimensão do impacto de sua retirada compulsória (expulsão) das comunidades quilombolas no processo de criação do Parque Nacional do Jaú. Essa retirada forçada provocou impactos sociais, econômicos e psicológicos. Nos relatos, foi apontado que alguns anciãos morreram impactados com a brutal retirada/expulsão de seus lugares de origem.

Sebastião Pedro Franco, presidente da Associação dos Quilombolas Urbanos, ex-aluno da Escola Agrotécnica Federal, hoje IFAM - Campus Manaus Zona Leste, destacou a importância de ter tido a oportunidade de fazer o curso técnico. Muitos de seus parentes que vieram para cidade não tiveram as mesmas oportunidades e vivem com muita dificuldade hoje.

Os pontos importantes apontados nas falas dos quilombolas das comunidades e da cidade foram: busca pela certificação dos produtos; dificuldade de escoamento da produção; desejo de formação acadêmica. Os comunitários expressaram a vontade de que a escola seja identificada/cadastrada como uma escola quilombola e que haja a formação de professores para atuar na escola quilombola. Apresentaram, ainda, o desejo de que haja a certificação dos produtos das comunidades, pois acreditam que, dessa forma, terão um pouco mais de facilidade para escoar seus produtos, pois há muita dificuldade para a venda do que produzem.

Considerando o contato com os quilombolas do Tambor, agregamos ao evento uma série de discussões em torno de questões referentes à defesa dos territórios quilombolas, à luta por políticas públicas de atendimento às necessidades dessas comunidades e, em especial, quanto ao papel do IFAM nesse contexto. Na construção de uma educação antirracista, um ponto muito importante é refletir o espaço e o apoio institucional para as reivindicações das comunidades negras do Amazonas.

O contato com as comunidades foi uma das formas encontradas para a execução da ideia do aquilombamento do IFAM, no sentido de possibilitar a aproximação e interlocução das comunidades quilombolas com a instituição aproveitando as reflexões e a visibilidade provocada pelo evento.



## FALA DA PRETA: ROMPENDO A INVISIBILIDADE

Com a diversidade de atividades *online*, o SERNEGRA ampliou seu raio de impacto para outros estados do Brasil. Para os negros/as no Amazonas, o evento deu visibilidade para questões silenciadas. Durante o evento, foi possível percebermos o espaço de empoderamento da mulher negra, quilombola, ribeirinha, rompendo com as barreiras institucionais e ocupando os espaços dos quais mulheres e homens pretos/as foram excluídos/as.

Destacamos abaixo a reflexão de Tereza de Jesus dos Santos, estudante negra e integrante da equipe de organização do evento SERNEGRA:

Minhas vivências nesses espaços sempre foram questionadas por mim, porque nunca me vi representada nesses lugares, os professores negros que vi no decorrer da minha trajetória escolar foram poucos. Sempre vi nos meus espaços escolares pessoas brancas. E chegando na Universidade foi pior ainda pois alguns até tinham a pigmentação não tão retintas, eram a mistura do contexto amazônico afro-ameríndia, mesmo assim, não admitia a sua identidade, e falar de negros nesses espaços sempre tinham uma data específica, normalmente no dia 13 de maio e 20 de novembro. Era como se o negro não tivesse nenhuma contribuição no Brasil e essa realidade continua, infelizmente (2022).

Ainda que a lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" na Educação Nacional seja um avanço significativo, seguem enormes os desafios para inclusão e representação das pessoas negras nas escolas e universidades. Assim, o relato de Teresa não se trata de algo pontual, mas resultado do racismo estrutural, da falta de implementação de políticas raciais e falta de visibilidade de temáticas raciais nos espaços institucionais.

Nos espaços acadêmicos são inúmeros os silêncios e silenciamentos. Podemos apontar a não discussão da lei 10.639/03, a inexistência da discussão sobre a questão do racismo e da proposta de construção de ações e projetos nas instituições de ensino que apontem para uma escola comprometida com uma educação antirracista. A questão da inclusão da pauta das religiões de matriz Africana. As festas cristãs são referenciadas e as festas terreiro silenciadas nas escolas, institutos federais e universidades. No livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*, Hooks (2017) reflete sobre quando negros/as africanos foram escravizados/as e transportados/as nos navios negreiros, apontando seu sofrimento, obrigados/as a habitar num mundo onde viam pessoas iguais, com a mesma cor de pele e a mesma condição, mas sem uma língua comum para se comunicarem, precisando, para isso, usar a língua do opressor.

Destacamos a reflexão de uma das organizadoras do SERNEGRA, Claudina Maximiano, sobre ser pesquisadora e professora negra:

O silêncio da língua e o silêncio do corpo, pois os corpos negros/as são silenciados quando as instituições de ensino não trabalham a arte, a literatura e a história a cultura Afro-Brasileira e Africana. O 'silêncio' incomoda quando é delegado ao professor ou professora negra falar sobre o tema do racismo e serem sempre os mesmos a trazer o tema para as conversas na sala dos professores, sala de aula e corredores. Tal silêncio revela a violência, o racismo institucional, presentes na estrutura da educação formal no Brasil (2022).

Spivak (2010) aponta o projeto orquestrado pelo colonialismo em que constitui o sujeito colonial como "outro", instaurando uma "violência epistêmica" em que os sujeitos subalternizados são silenciados, sem possibilitar espaços reais para que eles/as possam



falar e tampouco para que possam ser escutados/as (p.12; 47). Percebemos que sem disposição para inclusão real de outras vozes e outras epistemes, as instituições de educação são, muitas vezes, lócus de silenciamento e invisibilidade. O recado que Teresa nos passa, em seu desabafo, é que os negros/as podem “até” falar, mas nos dias permitidos e sem garantia real de que sejam escutados/as, dado que o poder nos espaços escolares é predominantemente branco.

Assim, se por um lado a universidade é um lugar de silenciamento, por outro lado, ela também é - e deve ser - um lugar de empoderamento identitário, de busca de reafirmação das diferenças e do aprendizado sobre nós mesmos. Nesse sentido, em meio às políticas afirmativas, as cotas são de fundamental importância para que os/as negros/as, com a luta dos movimentos sociais, se fortaleçam para o rompimento com o racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Para Almeida (2021), o racismo é estrutural, ou seja, é um elemento que faz parte da estrutura da sociedade brasileira. Ao pensar como foi estruturado o Brasil, precisamos entender que o país foi um projeto do colonizador, que só prestigiava os brancos e a elite, como ainda se apresenta nos dias de hoje; então, para termos uma educação antirracista, o letramento racial crítico é muito importante.

Segundo Djamila Ribeiro (2019), para trabalhar a educação antirracista dentro de vários espaços é necessário:

Um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda a sociedade. A autora enfatiza que conhecer as histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas tem da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre seus iguais. Mais ainda, são ações que diminuem as desigualdades (RIBEIRO, 2019, p. 41).

Enquanto evento de cunho científico-acadêmico e cultural, o SERNEGRA cumpriu e cumpre esse papel como espaço educativo, pois é importante chamar a atenção para as diversas formas como o racismo se integra na organização política e social no Brasil e na Amazônia.

Durante o evento, os convidados expuseram suas experiências, vivências e resistência através de seus antepassados e, nos tempos atuais, continuam a luta por sobrevivência. Para entendermos as relações étnico-raciais é preciso redescobrirmos estudos sobre o tema da africanidade. Como disse Leandro Roque de Oliveira, o rapper Emicida, citando a poetisa Elisa Lucinda: "Nós precisamos parar de chegar atrasados na vida das pessoas" (CALÇA, 2018).

O SERNEGRA promoveu reflexões e caminhos para a equidade racial e de gênero, com a participação de homens e mulheres trabalhando temáticas raciais inéditas. O evento foi construído de forma colaborativa, com a participação coletiva, rompendo com o esquema institucional de comissões fechadas, na maioria constituídas por pessoas brancas, professores e técnicos. Houve o envolvimento dos quilombolas e outras pretas e pretos que foram sendo incluídos ao longo dos meses de preparação e organização. Esse envolvimento, aliado à criação de espaços de fala, fez com que o evento apontasse caminhos do rompimento com a invisibilidade do/a negro/a no Amazonas, singularmente nas instituições de ensino.

## ENCONTRO DE VOZES NEGRAS: AQUILOMBAR OS ESPAÇOS, NOSSOS PASSOS, NOSSAS VOZES

O SERNEGRA foi um encontro e aquilombamento das mais diversas vozes negras do Amazonas e do norte do Brasil. Aquilombar é um conceito que descreve nossa organização e a organização de todo um povo: “somos um, mas não somos só, e nós somos porque outros antes de nós foram”; assim, podemos construir caminhos para a equidade racial e de gênero, contribuindo para uma educação antirracista e antissexista (SOUZA, 2008). Aqui aquilombamos, resistimos, afrocentramos nossos debates dentro de diferentes linhas de pesquisa, militâncias e sujeitos de resistência, unimos universidades e sujeitos e nos encontramos nas mais diversas vozes que fizeram desse evento um “gritar” de negritudes e pretices na Amazônia.

O falar, as nossas vozes, constituem um lugar de pertencimento. Falamos desse lugar como mulheres (e homens) pretas, amazônicas, ribeirinhas, quilombolas, catadoras, umbandistas, candomblecistas, negras. Mas, também falamos do lugar dos/as nossos/as ancestrais. Nosso lugar de fala é marcado pela ausência histórica. Lugar-ausência designado pelo racismo. Patrícia Sampaio (2010) entende que falar do negro na Amazônia é romper com um silêncio histórico, com um apagamento de mais de 500 anos, que se perpetuou nas estruturas, nas universidades. Muitas vezes falamos de ambientes em que compomos uma minoria e, quando nos encontramos em eventos como o SERNEGRA, nos damos conta de que somos milhares, infelizmente, distribuídos de forma racista e sistemática nos espaços.

Propor-se a falar e se colocar nesses espaços não é simples, pois, como afirma Vilma Piedade (2021), em seu livro *Dororidade*<sup>9</sup>, o racismo é imobilizador. A função do racismo é a manutenção da branquitude, como projeto ideológico, cada vez mais consistente, dominador, excludente. Estar e falar nesses espaços é traçar uma nova trajetória contra um sistema que nos quer calar a qualquer custo; é o nosso povo que sempre está à margem, constituindo os maiores índices de mortalidade, violência, fome, insalubridade.

E isso não é acaso. É projeto! É necessário repetir isso, cotidianamente, para que os nossos saibam quem somos, onde estamos e aonde precisamos chegar. Já estivemos muito mais longe. Conquistamos muito - o direito ao ensino superior, a lei de cotas, a lei de implementação do ensino de África nas escolas - mas ainda precisamos lidar com nosso povo sendo morto, nossos territórios sendo tomados por mineração, garimpo, madeireiras, nossas religiões estigmatizadas, criminalizadas e muitas outras questões que o próprio Estado, em sua estrutura racista, insiste em ocultar.

De acordo com Gomes (2007), as ações afirmativas também possibilitam a pluralidade e a diversidade nos espaços em que, antes, os/as negros/as eram sub-representados. Segundo o autor, as ações afirmativas promovem a diversidade e a representatividade:

[...] dos grupos minoritários nos mais diversos domínios de atividade pública e privada. Partindo da premissa de que tais grupos normalmente não são representados em certas áreas ou são sub-representados seja em posições de mando e prestígio no mercado de trabalho e nas atividades estatais, seja nas instituições de formação que abrem as portas ao sucesso e às realizações individuais, as políticas afirmativas cumprem o importante papel de cobrir essas lacunas, fazendo com que a ocupação das posições do Estado e do mercado de trabalho se faça, na medida do possível, em maior harmonia com o caráter plúrimo da sociedade (GOMES, 2007, p. 58).

---

<sup>9</sup>“Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo. E essa Dor é Preta” (PIEADADE, 2017: 16).

Pela construção do SERNEGRA, percebemos a importância de ações que garantam a visibilidade das questões do povo negro no âmbito das instituições, principalmente das instituições de ensino, tendo em vista a possibilidade de uma inserção maior das diferenças sociais, culturais e étnicas. Essas diferenças têm dado condições para novas relações no campo da educação, enriquecendo as práticas sociais em seus ambientes. Desse modo, conseguimos aquilombar mais um espaço, que é a academia: saberes e práticas antes desconsiderados e/ou sujeitos dados como fonte agora escrevem, falam e debatem sua própria história, estabelecendo novas relações e recursos pelos quais são superadas relações de desigualdade e injustiça social. Como afirma Brah (2006) a condição da diferença perpassa uma relação de dominação, um código colonial, vivenciada pelos “pessoas de cor” no pós-guerra na Grã-Bretanha, singularidades que se aproximam ao contexto social do negro no Brasil.

As pessoas africanas-caribenhas e do sul da Ásia que migraram para a Grã-Bretanha no período do pós-guerra vieram a ocupar uma posição estrutural semelhante como trabalhadoras em trabalhos predominantemente não qualificados ou semi qualificados nas camadas mais baixas da economia. Eram então comumente descritas em discursos populares, políticos e acadêmicos como “pessoas de cor”. O termo não era um simples termo descritivo. Tinha sido o código colonial para uma relação de dominação e subordinação entre o colonizador e o colonizado. (Brah: 2006, 332-333)

Nesta perspectiva o ponto em que as opressões se chocam e se entrecruzam, em diferentes formas de subordinações, interiorização e dominação; em contraponto, nas relações sociais universitárias, as múltiplas diferenças, quando se encontram, podem produzir impactos diversos nos sujeitos relacionados. Portanto, destacamos a necessidade de recuperar e ressaltar, nessas relações sociais, seus elementos positivos, para que a interseccionalidade das diferenças possa produzir, no complexo campo social, relações inteiramente novas, mais democráticas e inclusivas.

Nossos passos - e vozes - vêm de longe e muitos deles tiveram encontro marcado no caminho chamado SERNEGRA: alguns desde o início e outros que foram chegando para somar na caminhada. O evento promoveu o entrelaçar de várias vozes que ousaram transgredir as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação, como racismo e sexismo, proporcionando novos olhares acerca da educação: uma educação antirracista e antissexista, que vem se firmando cada vez mais como um ato de resistência e empoderamento dessas vozes, por muito tempos silenciadas por uma pedagogia colonialista, que perpetuou o controle econômico e político.

As vozes negras, mulheres e homens que teceram suas reflexões e críticas, juntaram-se a milhares de outras vozes no apelo coletivo pela desconstrução e reconstrução de maneiras de conceber a educação para além das paredes das instituições, como formas de (re)existir, (re)pensar e (re)criar novas visões e práticas pedagógicas que transgridem as fronteiras impostas por um sistema que, violentamente, tenta nos calar.

Enalteçemos e esperamos por uma educação como prática da liberdade, liberdade de ser e de existir na diversidade que somos, reafirmamos nosso lugar de fala, criando espaços participativos para nossos pares na partilha de conhecimentos que promovam nosso bem-estar.

Mulheres negras, da floresta, do campo, das águas, quilombolas, dos terreiros, com suas vozes ressonantes, reafirmaram seu protagonismo e luta antirracista e antissexista na construção de uma educação que ousa transgredir, por uma pedagogia comprometida com o direito que todos/as possam ser vistos/as como sujeitos ativos, que refletem sobre sua própria realidade e que podem modificá-la.

O evento reafirmou ainda o quanto se faz urgente a garantia efetiva da aplicação das diretrizes da Lei 10. 639/2003, que preconiza sobre a diversidade ao inserir a temática História e Cultura Afro- Brasileira como obrigatoriedade no currículo oficial da rede de ensino de todo o país. Tal inserção deve ser feita de modo interdisciplinar e não apenas isoladamente ou em uma data específica; deve ser uma prática contínua, desde a educação infantil até o ensino médio. Com isso, assegura-se o protagonismo de crianças e jovens negros/as por meio de discussões e demonstração dos elementos da cultura negra na constituição do nosso país e, principalmente, das violências a que nossos ancestrais foram submetidos durante anos. Refletir para avançar!

O diálogo manifestado no evento SERNEGRA evidenciou o quanto é imprescindível resistirmos no avanço dos desafios para assegurar a inclusão e a discussão da temática da diversidade em todas as escolas e para além delas. Fomos convocados/as a desenvolver uma inquietude epistemológica e política, a não nos curvamos diante de injustiças e desigualdades impostas pelo racismo e pelo sexismo, a fim de que possamos avançar sempre em direção à emancipação social, assegurando a soberania dos diferentes grupos étnicos existentes em nosso país.

As últimas eleições (2018) apontam para uma crise política acerca dos valores democráticos, percebemos o avanço de posições em que se destacam o fascismo e neoliberalismo avançam, de modo acelerado, na retirada de direitos conquistados com tantas lutas, precisamos assumir nossa posição na batalha. Já não cabe mais o silêncio ou a neutralidade. Citando a perspectiva do educador Paulo Freire, Gomes (2007, p. 109) comenta que: “[...] somos desafiados a construir uma pedagogia do Oprimido. No entanto, a questão racial nos ajuda a radicalizar ainda mais essa proposta. Somos levados a construir uma Pedagogia da Diversidade”. Para tanto, faz-se urgente que nossas vozes sejam cada vez mais ressonantes e se juntem com a de todos/as que lutam e acreditam na educação como um processo de humanização que assegure o direito de existir de todos os grupos étnicos e diversos existentes no país.

Ainda há muito a se caminhar. Muitos debates, dentro e fora das instituições de ensino precisam ser feitos para que as vozes negras sejam escutadas e referenciadas, que nossos saberes ancestrais sejam respeitados, que nossa produção intelectual seja reconhecida. São anos de apagamento, silenciamento e embranquecimento, que ocultam o potencial do povo negro para resistir e se organizar. Bastam eventos como o SERNEGRA para demonstrar que, embora muitas vezes nos achemos poucos, somos muitos, milhares, em pequenos coletivos, em diferentes cursos que, formando redes, podemos dar um basta à discriminação racial, fortalecer nossas identidades culturais e lutar pela manutenção da vida nos nossos territórios.

São nomes como Cuti, Conceição Evaristo, Solano Trindade, Abdias do Nascimento, que hoje se tornam Stefany, Paola, Tereza, Claudina, Gabriel e muitos outros pesquisadores/as, militantes negros/as que seguem a luta pela representatividade social, econômica, política e literária do povo negro. Como o Movimento Negro Unificado bem referencia, “ainda que a história não conte, eu não te esqueço meu povo, se Palmares não vive mais, nós faremos Palmares de novo”, versos do poeta José Carlos Limeira (1983).

A ancestralidade é nosso pilar de luta, de conhecimento, de vivência. É com nossos saberes que caminhamos, decidimos, nos posicionamos. São as nossas vozes que se juntam para reafirmar nossa ancestralidade como patrimônio material e simbólico, reverberando uma ideia de herança cuja transmissão a converte em memória social (OLIVEIRA, 2012). Assim, seguimos construindo nossas identidades negras, amazônicas, quilombolas, ribeirinhas, que dançam, musicalizam, têm seus ritos, práticas,



costumes e diversidades que precisam ser vistos, respeitados, compreendidos, assim como seus direitos.

## FESTA DE TERREIRO

Tempos difíceis rondam as religiões de matrizes africanas. Não que tenha sido diferente nos 350 anos de escravidão no Brasil. Porém, em uma república democrática, dita laica, espera-se que existam políticas públicas que favoreçam a luta pela igualdade racial e respeito às diferentes crenças.

Durante o SERNEGRA, houve uma busca em destacar as religiões de matriz africana, com momentos de homenagens aos Orixás no início das atividades de cada dia e uma roda de conversa intitulada “Festa de Terreiro”, onde estiveram presentes, de forma virtual, os sacerdotes de religiões de matrizes africanas Pai Alberto Jorge, presidente da Articulação Amazônica do Povo Tradicional de Matriz Africana (ARATRAMA) e Pai Marquinhos *Ty Osun*.

Durante a realização da roda de conversa, foi possível trazer à luz discussões e esclarecimentos sobre as religiões demonizadas pela sociedade pseudo-branca do Brasil e, principalmente, do Amazonas. Durante esse evento, notamos, no *chat*, a presença de pessoas com escritas grosseiras, com expressões preconceituosas, demonstrando intolerância às religiões e aos sacerdotes convidados.

Destacamos que dar visibilidade ao tema das religiões de preto/a no contexto da educação é um grande desafio, pois há um imenso abismo entre o discurso institucional a partir do que está preconizado na Lei (destacando-se a Lei nº 10.639/2003) e o que está expresso no currículo e no debate institucional, que é inexistente. A realização de uma ação de impacto, como o SERNEGRA, mexeu nessa base estrutural que silencia e invisibiliza a temática da religiosidade, encoberta pelo véu cristão de um pseudo-respeito, aumentando o distanciamento e reforçando a postura e o discurso racista.

Percebemos que ainda há muito a ser feito para atingirmos um patamar aceitável de respeito e integração desses indivíduos. Os desafios são enormes. No Instituto Federal do Amazonas percebemos que ainda predomina a cultura da demonização dessas religiões e a exaltação do cristianismo e do modelo de família cristã. O SERNEGRA se tornou um espaço importante de conexão, no sentido de problematizar e dar visibilidade à temática da religiosidade. Como um espaço de quebra do silêncio, faz-se necessário atentarmos para a responsabilidade na construção de currículos que apontem para perspectivas antirracistas. A ideia do aquilombar perpassa por apontar caminhos para mudanças na estrutura educacional, no intuito de romper os grilhões e as mordanças nas quais ainda estamos presos. Como afirma o parecer CNE 01/2004:

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes de valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 01/2004 (BRASIL, 2004, p. 32).

É preciso recorrer à legislação vigente para fazermos uma frente de resistência interna a toda e qualquer forma de atitude que revele o racismo institucional e mostrar a necessidade imperiosa de se inaugurar um fazer educacional pautado em uma educação antirracista.

As instituições de ensino devem se tornar espaços de combate a todas as formas de

preconceito, racismo e intolerância religiosa. O silêncio reforça a violência, induz à ignorância e à violência. Por isso, apontamos o SERNEGRA e as reflexões construídas a partir desse espaço como fundamentais no processo de construção de caminhos para inauguração de uma proposta de formação cidadã, comprometida com a transformação da sociedade brasileira, fundada no respeito à diversidade, singularmente no respeito à pessoa preta, ao povo negro no Brasil e na Amazônia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SERNEGRA mobilizou mais de duas mil pessoas, envolvendo comunidade acadêmica - de doutores/as a estudantes dos vários níveis e modalidades de ensino do IFAM e de outras instituições de ensino, grupos artísticos e quilombolas. O evento provocou/instigou possibilidades de construção da equidade racial e de gênero, promovendo amplo diálogo com movimentos sociais e políticos da região Norte. O envolvimento desses diversos agentes sociais descortinou a realidade dos/as negros/as no Amazonas, promovendo inclusão e visibilidade para questões raciais.

O combate ao racismo estrutural exige mobilizações também estruturais, institucionais e coletivas. Mais do que um evento sobre negros/as no Amazonas, o SERNEGRA foi um evento pensado, produzido e executado com os/as negros/as, mostrando sua força, vitalidade, potencial intelectual, artístico e político. Como diz Ângela Davis (2016), é preciso agir para transformar o mundo. Assim, seguimos mobilizando pessoas e instituições no caminho de uma educação antirracista e antissexista.

O evento produziu impactos internos importantes que poderão repercutir diretamente nas demandas apontadas pelos agentes sociais e suas comunidades para o IFAM. Internamente, os servidores envolvidos, direta e/ou indiretamente, no evento reforçaram suas posições na luta contra todas as formas de violência contra o povo negro no âmbito institucional, apontando que é preciso repensar os currículos dos cursos e assumir concretamente uma postura antirracista, como meta para se alcançar uma educação libertadora (FREIRE, 2009).

Desse modo, coletivamente, conseguimos iniciar reflexões, na busca de reconstruir caminhos para a equidade racial e de gênero, contribuindo para uma educação antirracista e antissexista. Salientamos que ainda há muito a ser feito e precisamos que a nossa voz continue a ecoar. O processo de aquilombamento deve ser contínuo, atravessando os novembros brasileiros, todos os dias, de janeiro a janeiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2012.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **cadernos pagu**, p. 329-376, 2006.
- CARNEIRO, A. S. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.
- BRASIL. **Lei Federal nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira", e dá outras providências.

- BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. CP/DF Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.
- CALÇA, R.; COSTA, J.. Jeremias Pele. 1ed. São Paulo: Panini, 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FURTADO, Marivania Leonor Souza. Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im) possibilidades. 2012.
- FREIRE, Paulo. (2009). **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras-educação e relações raciais**. Autêntica, 2017.
- GOMES, Joaquim. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. In: **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) 2007. Edição eletrônica. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes\\_afirm\\_combate\\_racismo\\_americas.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf). Acesso em: 15/03/2022.
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- LIMEIRA, José Carlos; SEMOG, Éle. Atabaques. Rio de Janeiro: Edição dos Autores, 1983.
- PIEIDADE, Vilma. Dororidade. São Paulo: Editora Nós, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras, 2019.
- SOUTO, Stéfane. Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea. **Revista Metamorfose**, v. 4, n. 4, p. 133-144, 2020.
- SOUZA, Barbara O. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SIMON, Carolina Russo. *Dororidade*, de Vilma Piedade. In: **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 246-250, 2021.
- TIBURI, Márcia. Hierarquia de opressão: sobre o lugar da luta. In: **Revista Cult**, São Paulo, 22 mar. 2017. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/hierarquia-de-opressao-sobre-o-lugar-daluta/>. Acesso em: 15/03/2022.